



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Local e Data: \_\_\_\_\_

Responsável pela inscrição (SEDUC): \_\_\_\_\_

FORMAS DE COMPROVAÇÃO DE ATUAÇÃO SOCIAL OU PROFISSIONAL NAS ÁREAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE QUE TRATA O INCISO III DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC, E DO ITEM 6.2.2 E 6.4.2 DO EDITAL MUNICIPAL.

### AUTODECLARAÇÃO

#### DADOS DO REQUERENTE

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Apelido ou nome artístico: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

Endereço  
residencial: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Data/Local de expedição: \_\_\_\_\_

Declaro, para os devidos fins, que atuei social ou profissionalmente nas áreas artísticas e culturais nos doze meses anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020(LEI ALDIR BLANC), conforme lista de atividades apresentada a seguir:

#### FORMULÁRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS

(Mês/Ano)

Junho/2019
Julho/2019
Agosto/2019
Setembro/2019
Outubro/2019



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Novembro/2019
Dezembro/2019
Janeiro/2020
Fevereiro/2020
Março/2020
Abril/2020
Maior/2020
Junho/2020

Observação: caso não tenha desenvolvido atividades em um ou mais meses relacionados no formulário acima, preencha o campo com um traço (---) e com a expressão “Atividades interrompidas” a partir do momento em que tenham ocorrido as interrupções.

Declaro, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal\*.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Requerente  
(Igual a do documento de identificação)

\_\_\_\_\_

\*Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -do Código Penal: “Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”